**METODOLOGIAS QUE PROMOVEM REPRESENTATIVIDADE E EXPRESSÃO DE MULHERES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.**

Pâmela dos Santos Silva[[1]](#footnote-1)

Maria Clara Grivelli Trindade[[2]](#footnote-2)

Annie Gomes Redig[[3]](#footnote-3)

**RESUMO**

O texto traz uma revisão sistemática de literatura realizada na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) com o objetivo de buscar artigos que falem sobre mulheres público-alvo da Educação Especial, com destaque para a relevância das diversas metodologias empregadas no que concerne ao incentivo à expressão, participação e representatividade desses sujeitos. De 1992 até 2023, foram encontrados cinco artigos, o que demonstra a urgência de ampliar a voz desse grupo ainda excluído da sociedade. A pesquisa evidencia a importância de utilizar metodologias que possibilitem que essas mulheres sejam ouvidas a partir de suas trajetórias.

**Palavras-chave:** Mulher, Deficiência, Metodologias, Revisão Sistemática da Literatura.

**INTRODUÇÃO**

Historicamente, pessoas público-alvo da Educação Especial[[4]](#footnote-4), foram colocadas em lugar de subalternidade e exclusão em relação aos interesses políticos de muitas nações, instituições e modelos culturais pautados numa lógica de normatização, regulação do corpo e formas únicas de desenvolvimento intelectual. A concepção de deficiência foi sendo construída ao longo do tempo e acarretou diferentes entendimentos acerca destes sujeitos e a construção dessa representação na sociedade deve-se às condições históricas, políticas e legais que foram constituindo a nossa sociedade.

Ao longo do tempo, de acordo com o contexto de cada época, a sociedade estabelece modelos, ideias e padrões como referências a serem seguidos e quando alguém não corresponde a essas expectativas estabelecidas socialmente, sofrem preconceitos, discriminação, tem seus direitos desrespeitados e muitas vezes, são excluídos pelas diferenças. Pessoas público-alvo da Educação Especial são exemplos de sujeitos que cotidianamente vivem essa realidade.

As mulheres também se encontram em um grupo que por séculos foi silenciado, pautado em uma cultura patriarcal que a colocava em lugar de subalternidade. Ao longo do tempo, a passos lentos, é possível perceber que a mulher foi ocupando seu espaço na sociedade e algumas mudanças foram acontecendo, como a sua inserção no mercado de trabalho, no ensino superior e no cenário político. Apesar de algumas conquistas, ainda hoje, elas precisam continuar lutando para romper com essa cultura excludente que ainda está enraizada na sociedade.

Sob a óptica desse cenário, a sociedade machista e patriarcal precisa de muito tempo para entender e transformar as suas concepções, devendo se pautar na construção de uma ideologia de que os seres humanos não podem ser separados, desprezados, inferiorizados e julgados por questões de raça, gênero, credo e opção sexual; as diferenças devem ser respeitadas (SILVIA; CARMO; RAMOS, 2021, p.102).

Quando nos deparamos com mulheres com deficiência e/ou altas habilidades/superdotação (AH/SD) na sociedade, estamos frente a pessoas que carregam uma dupla vulnerabilidade e que trazem consigo uma carga ainda mais pesada de estigma, que as levam a uma luta dobrada para serem aceitas, conquistar o seu espaço e construir a sua identidade.

Numa sociedade excludente e preconceituosa, desenvolvida pela cultura de massa onde o modelo de mulher tem a aparência da boneca Barbie, talvez os obstáculos sejam maiores para quem é mulher e deficiente, daí a todo momento ser preciso ter força de vontade e lutar para enfrentar obstáculos que ocorrem no sistema educacional, no convívio social no trabalho, nas relações afetivas e nas condições socioeconômicas (DANTAS, 2013, p.7).

Diante dessas duas condições de fragilidade, que trazem inúmeras barreiras ao longo da vida, que buscamos por pesquisas no site da Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE), como forma de compreender como estas vêm sendo realizadas para ampliar esse debate e consequentemente para potencializar a voz dessas mulheres, muitas vezes silenciadas pelo fato de serem mulheres e apresentarem uma deficiência e/ou AH/SD.

De acordo com Farias (2017), em uma sociedade tão sexista e capacitista é fundamental ir além dos programas sociais, é primordial escutar essas mulheres, possibilitar que elas falem de suas necessidades e a partir desse movimento investir em ações que busquem uma sociedade mais inclusiva e acessível para todos. E evidenciar a voz delas através de metodologias de pesquisa é um caminho viável e que traz representatividade e possibilita acesso à informação.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo analisar os tipos de metodologias que vêm sendo utilizadas nas pesquisas publicadas na RBEE e discutir a importância de metodologias destinadas a potencializar a voz desses sujeitos, em especial às mulheres público-alvo da Educação Especial que cotidianamente, em diferentes espaços sociais são negligenciadas pela sua dupla condição de vulnerabilidade.

Dentro dessa discussão, Barros, Williams e Brino (2008) e Dantas, Silva e Carvalho (2014) destacam a questão da sexualidade, utilizando uma metodologia quantitativa, que Ivenick e Canen (2016) apontam como um gancho para pesquisas qualitativas. Pérez e Freitas (2012) evidenciam histórias de mulheres com AH/SD através de entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas, aproximando a pesquisa da realidade. Silva e Gonzáles-Gil (2017) e Pieczkowski e Gavenda (2021) realizam revisão de literatura, destacando a escassez de estudos na área, e as duas últimas autoras também realizam entrevistas-narrativas, que trazem o olhar dos sujeitos para a pesquisa.

O presente artigo trouxe como resultado a necessidade de ampliar e aprofundar as pesquisas na área de gênero e de pessoas público-alvo da Educação Especial, de forma que esses sujeitos possam ser protagonistas desses estudos através da ampliação de suas vozes, utilizando metodologias que possibilitem que eles falem de si e de suas trajetórias e que essas narrativas sejam o fio condutor das pesquisas.

**METODOLOGIA**

Trazendo a metodologia de pesquisa como o foco da nossa discussão, é importante trazer a seguinte definição:

A expressão “metodologia da pesquisa” pode ser usada no sentido restrito e instrumental de coleta e tratamento das informações, ou no sentido amplo de abordagem ao processo de produção de conhecimento, o que envolve também aspectos teóricos e conceituais (IVENICK; CANEN, 2016, p.1).

A metodologia utilizada para a pesquisa foi a Revisão Sistemática da Literatura (RSL) realizada nos periódicos da RBEE, no período de 1992 até 2023 e teve como critério de seleção publicações referentes a mulheres público-alvo da Educação Especial.

Uma Revisão Sistemática da Literatura, assim como outras modalidades de estudos de revisão, se constitui em alternativa para se desenvolver pesquisa que utiliza, como fonte de dados, a literatura sobre o tema ou objeto da investigação. Esse tipo de investigação disponibiliza uma síntese ou resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada (MEDRADO; GOMES; SOBRINHO, 2020, p. 107).

Conforme explica Medrado, Gomes e Sobrinho (2020), na RSL há uma busca criteriosa, extensiva e sistemática de artigos, publicações, teses e outros documentos de pesquisa sobre o tema ou objeto de investigação que são avaliados e interpretados criticamente e que possibilita que o leitor acesse e compreenda de forma rápida, o conteúdo apresentado.

No presente artigo, após uma pesquisa criteriosa, foram encontrados cinco artigos, no qual o primeiro foi publicado em 2008 e o último em 2021, vale destacar que esse foi o ano em que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) foi apresentada pelo Ministério da Educação, o que representa uma mudança significativa no cenário educacional e vem pautada pela ideia de equidade e superação da lógica da exclusão. Nessa análise buscamos compreender como estas pesquisas vêm sendo realizadas para ampliar esse debate e, consequentemente, de que forma elas vêm ampliando a voz dessas mulheres.

Nos estudos pesquisados, as deficiências e os assuntos centrais foram bastante diversificados. Dentre os cinco artigos encontrados, dois tinham como sujeitos de pesquisa mulheres com Deficiência Intelectual, um tinha mulheres com Deficiência Visual, um dos artigos não especificou o(s) tipo(s) de deficiência(s) das participantes e um tinha sujeitos com AH/SD.

Dentre os temas abordados, dois falavam sobre sexualidade, um sobre identidade, um sobre ensino superior e um sobre acessibilidade e inclusão social. Dessa forma, a RSL possibilitou fazer um levantamento de pesquisas relevantes publicados pela RBEE e analisá-las de forma a deixar pistas para pesquisas futuras.

**VIVÊNCIAS MARGINALIZADAS: METODOLOGIAS INSPIRADORAS E INFORMATIVAS.**

Pautado nessa pesquisa, este artigo vem fazer uma breve reflexão sobre a importância das metodologias utilizadas nos referidos artigos, uma vez que a maioria vem apresentando metodologias que de alguma forma ampliam a voz dessas mulheres, que se deparam com tantas barreiras culturais pela condição de gênero e que são agravadas por nascerem ou adquirirem uma deficiência ao longo da vida ou por apresentarem AH/SD.

Os artigos de Barros, Williams e Brino (2008) e de Dantas, Silva e Carvalho (2014) trazem à tona, de formas diferentes, o tema sexualidade, que ainda é um tabu conforme Bastos e Deslandes (2005) *apud* Barros, Williams e Brino (2008, p.106) apontam:

[...] A sexualidade de pessoas com deficiência mental[[5]](#footnote-5) é comumente considerada pelo senso comum um tabu, tornando-se ainda mais difícil de se abordar o assunto. Entretanto, a grande maioria das pessoas com deficiência mental chega à puberdade e tem a maturação sexual, da mesma maneira que as pessoas sem deficiência.

Barros, Williams e Brino (2008) e de Dantas, Silva e Carvalho (2014) trazem como metodologia a pesquisa quantitativa, utilizando entrevista estruturada através de um teste projetivo de situação e, dependendo das respostas, trazem outras perguntas já estruturadas e fazem uma análise estatística dos dados obtidos com o objetivo de caracterizar o repertório de habilidades de autoproteção de mulheres com deficiência intelectual que estão tão vulneráveis diante de situações de abuso sexual.

De acordo com Ivenick e Canen (2016) as pesquisas quantitativas são como uma “fotografia” do fenômeno que está sendo analisado e, além disso, também destacam que:

Ainda que a compreensão do fenômeno estudado não se esgote na pesquisa quantitativa, ela pode servir de ponto de partida para outros estudos qualitativos, que busquem aprofundar certos aspectos apontados e analisar significados atribuídos no cotidiano dos sujeitos a estes aspectos (IVENICK; CANEN, 2016, p.15).

Através desta pesquisa quantitativa, as referidas autoras tiveram a oportunidade de ouvir essas mulheres e trazer um pouco de como elas se colocam diante de situações de vulnerabilidades, suas necessidades, fragilidades e especificidades e através desses resultados trouxeram possibilidades de intervenções, além de oferecer indicadores para novas pesquisas qualitativas.

Ambos os artigos trazem uma importante discussão sobre o abuso sexual e a vulnerabilidade de mulheres com deficiência intelectual e a importância de trabalhar habilidades para a autoproteção e autoadvogacia. Essa reflexão foi construída embasada em entrevistas estruturadas e semiestruturadas sobre a vida dessas mulheres, que trouxeram um pouco sobre como elas pensam e agem diante desse tipo de situação e de que forma o empoderamento delas fortalecem-nas e tiram-nas desse lugar de incapaz.

No texto de Pérez e Freitas (2012), elas fazem um estudo de caso, utilizando um questionário individual de identificação de indicadores de AH/SD em três anos distintos, realizaram uma entrevista semiestruturada com questões abertas que refletiram aspectos pessoais, familiares, escolares, laborais e interpessoais, além de observações diretas das participantes. Também utilizaram o questionário com pessoas que conheciam as participantes há mais de dois anos, como forma de contrastar as respostas.

De acordo com Pérez e Freitas (2012), dentre as técnicas de coleta de dados utilizadas, as entrevistas foram fundamentais uma vez que possibilitaram que as participantes falassem de forma mais livre sobre suas histórias, suas vivências, as diversas relações, os desejos, os sucessos e frustrações e sobre como elas se percebem enquanto mulheres com AH/SD. E esses dados enriqueceram a pesquisa, tornando os resultados mais próximos da realidade, uma vez que traz a voz dessas mulheres para o contexto da pesquisa.

Desta forma, as autoras buscam revisitar a história de vida de duas mulheres com AH/SD que foram diagnosticadas tardiamente e mesmo depois de alguns anos, ainda apresentavam dificuldades em se aceitarem enquanto mulheres nessa condição, de valorizarem suas potencialidades e consequentemente em construírem essa identidade específica.

Construir uma identidade de “mulher com AH/SD” implica elaborar esse processo para essas duas facetas - mulher e PAH/SD; quando uma delas não conta com modelos, comportamentos, atitudes, valores e/ou expectativas de referência, a constituição da identidade não pode ser concluída e, em certas ocasiões, tem que ser “negociada” (PÉREZ; FREITAS, 2012, p. 682).

Diante dessa reflexão é possível pensar sobre a importância de investir em metodologias de pesquisa que evidencie histórias como essas, de forma que outras mulheres e a sociedade em geral, possam conhecer as barreiras que muitas vezes é imposta culturalmente e impede que elas construam sua própria identidade a partir de suas diferenças, levando-as a desacreditarem e/ou ocultar as suas potencialidades. Disseminar essa discussão através da ampliação da voz desses sujeitos é fundamental para o debate.

Silva e Gonzáles-Gil (2017) realizaram uma revisão de literatura do ano de 2013 a 2017, focando em pesquisas qualitativas, dentre as quais algumas foram baseadas em entrevistas e observações. Tal pesquisa faz uma análise sobre gênero, acessibilidade e ensino superior, o que ainda é um desafio em nossa sociedade, visto que quem consegue chegar a este nível de ensino, muitas vezes é pela força da lei, geralmente não são acolhidas e não recebem o apoio necessário para ultrapassarem as barreiras que aparecem ao longo do caminho. Este estudo feito de forma criteriosa evidenciou a necessidade de ampliar as investigações e pesquisas dentro dessa temática.

As autoras Pieczkowski e Gavenda (2021) utilizaram como metodologia a revisão de literatura com um apanhado histórico sobre o processo e exclusão/inclusão de pessoas com deficiência (PcD)[[6]](#footnote-6), o que evidenciou a ausência de estudos sobre o tema abordado. Posteriormente realizaram entrevistas narrativas, como uma importante ferramenta de escuta e análise, evidenciando a trajetórias de vida de mulheres com deficiência visual, trazendo histórias cotidianas, relatos de violência física e simbólica, as barreiras arquitetônicas e atitudinais que muitas vezes as colocam no lugar de incapazes, desacreditando de suas potencialidades.

As entrevistas seguiram um roteiro pré-determinado, conforme apontado pelas autoras:

Nos diálogos estabelecidos com as oito mulheres entrevistadas, as provocações foram para que narrassem quatro aspectos, em resposta às questões de pesquisa que direcionaram o estudo: 1) organização familiar; 2) expectativas/projetos de vida; 3) barreiras à acessibilidade encontradas no cotidiano e formas de superação; e 4) adoção de tecnologias assistivas e suas contribuições no processo de autonomia pessoal (PIECZKOWSKI; GAVENDA, 2021. p.146).

As entrevistas narrativas possibilitaram que as mulheres entrevistadas trouxessem suas vivências, percepções e (re)significações diante da sua trajetória e da realidade em que vivem, evidenciando seus desafios e possibilidades no contexto atual. Esse tipo de coleta de dados enriquece significativamente as pesquisas, trazendo de forma mais sensível e real as perspectivas do sujeito da pesquisa, mas evidenciando o foco de estudo do pesquisador.

Dialogar e ouvir mulheres com deficiência e/ou AH/SD é uma forma de permitir que esses sujeitos tenham suas histórias, suas lutas diárias, seus sonhos e conquistas evidenciados uma vez que elas não podem ser discriminadas pelo seu gênero e por suas diferenças, é necessário que elas sejam ouvidas, sejam respeitadas e possam gozar plenamente de seus direitos.

Diante dessa evidência, este artigo buscou discutir a importância das metodologias destinadas a potencializar a voz desses sujeitos, em especial às mulheres público-alvo da Educação Especial que cotidianamente, em diferentes espaços sociais são negligenciadas pela sua dupla condição de vulnerabilidade.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante as nossas pesquisas na RBEE, foi possível perceber um pouco do cenário em relação à temática “Mulheres com deficiência e/ou AH/SD” ainda é escassa, uma vez que encontramos apenas cinco artigos sobre o tema em um período de 31 anos. Os subtemas dentro do tema central pesquisado e as deficiências foram variados, apenas deficiência intelectual apareceu em duas publicações. O que nos chamou atenção e foi o foco do nosso estudo, foram as metodologias de pesquisa utilizadas. A maioria das ferramentas utilizadas, de alguma forma, valorizava a voz dessas mulheres, traziam um pouco das suas vivências, experiências e do seu olhar sobre si e sobre o contexto em que vivem, porém todas direcionaram o diálogo de alguma forma.

Atualmente, ainda temos poucas pesquisas sobre mulheres público-alvo da Educação Especial. É possível perceber um movimento mais intenso de pesquisa nessa área a partir de 2008, ano em que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) foi apresentada e consequentemente trouxe o foco maior para esta área, principalmente no campo educacional.

As metodologias utilizadas nos artigos pesquisados possibilitaram que mulheres público-alvo da Educação Especial expressassem suas experiências, relatassem seus desafios e angústias e trouxessem o seu olhar diante do contexto em que vivem. Além disso, as ferramentas de coleta de dados utilizadas enriqueceram significativamente as pesquisas, trazendo de forma mais sensível e real as perspectivas dos sujeitos das pesquisas.

Outra característica significativa e primordial encontrada nas metodologias foi a oportunidade que tanto o sujeito pesquisado quanto o pesquisador tiveram de refletir sobre aquilo que é relatado, valorizando essa possibilidade de falar com o sujeito e não apenas sobre ele. Dessa forma, trazer cada vez mais essa ferramenta para o campo de pesquisa é viabilizar o canal de comunicação entre esses sujeitos excluídos e a sociedade, ampliando suas vozes de forma plena.

**REFERÊNCIAS**

BARROS, R. D.; WILLIAMS, L. C.; BRINO, R. F. Habilidades de auto proteção acerca do abuso sexual com deficiência mental. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 14, n. 1, p. 93-110, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/FnP7JzMBbFDK5ZYSv5RXYnz/?lang=pt#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20literatura,tratos%2C%20inclusive%20de%20abuso%20sexual>. Acesso em 04 abr. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Inclusão.** 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> Acesso em: 11 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 11 abr. 2024.

DANTAS, T. C.; SILVA, J. S.; CARVALHO, M. E. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 4, p. 555-568, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/bV7h6MQqf7VyQ5Y93RYrBdw/> Acesso em 04 abr. 2024.

DANTAS, V. M. Narrativas de vida de mulheres com deficiência: lutas e conquistas no contexto social. *In*: **Fazendo Gênero 10 - Desafios atuais dos feminismos** (Anais eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em:<https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381425794_ARQUIVO_VandaMariaCamposSalmeronDantas_1_.pdf> Acesso em 26 abr. 2024.

FARIAS, A. Q. **Trajetórias Educacionais de Mulheres: Uma Leitura Interseccional da Deficiência.**2017, 138 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em:<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9920/2/Arquivototal.pdf> Acesso em 28 abr. 2024.

IVENICK, A.; CANEN, A. G. **Metodologia da pesquisa: rompendo fronteiras curriculares***.* Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2016. 85 p.

MEDRADO, C.; GOMES, V. M.; SOBRINHO, F. P. Atributos teórico-metodológicos da revisão sistemática das pesquisas empíricas em educação especial: evidências científicas na tomada de decisão sobre as melhores práticas inclusivas. In: NUNES, L. R. (Org.). **Novas trilhas no modo de fazer pesquisa em Educação Especial**. Marília: ABPEE, 2020. 144 p. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/<https://www.abpee.net/pdf/livros/Novas%20trilhas%20no%20modo%20de%20fazer%20pesquisa%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial.pdf> Acesso em: 26 abr. 2024.

PÉREZ, S. G.; FREITAS, S. N. A Mulher Com Altas Habilidades/Superdotação: à Procura de uma identidade. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, n. 4, p. 677-694, out./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/qCDKrWPRqGSnZSsyRtxCCvm/abstract/?lang=pt> Acesso em: 04 abr. 2024.

PIECZKOWSKI, T. M.; GAVENDA, M. L. Narrativas de Mulheres com Deficiência Visual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. 139 - 156, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/rcXhrJhGKNJXnN98t8WvbQN/> Acesso em: 04 abr. 2024.

SILVA, J. S.; GONZÁLEZ-GIL, F. Acessibilidade, Gênero e Educação Superior: Indicativos procedentes das investigações científicas. **Revista Brasileira de Educação Especial,** v. 23, n. 4, p. 607-622, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/sZbL9dz4jMP9BRWj7GmxyrQ/abstract/?lang=pt> Acesso em: 04 abr. 2024.

SILVA, J. P.; CARMO, V. M.; RAMOS, G. B. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas.**Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, v. 7, n. 1, p. 101 - 122, jan./jul. 2021. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/direitoshumanos/article/view/7948> Acesso em: 26 abr. 2024.

1. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - RJ, [pamela\_ssilva@yahoo.com.br](mailto:pamela_ssilva@yahoo.com.br); [↑](#footnote-ref-1)
2. Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - RJ, [mcgrivelli@gmail.com](mailto:mcgrivelli@gmail.com); [↑](#footnote-ref-2)
3. Professora e orientadora: Doutora, Faculdade de Educação - RJ, [annieredig@yahoo.com.br](mailto:annieredig@yahoo.com.br). [↑](#footnote-ref-3)
4. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) são consideradas público-alvo da Educação Especial pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação. [↑](#footnote-ref-4)
5. Termo utilizado na época, atualmente o termo correto é deficiência intelectual. [↑](#footnote-ref-5)
6. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (BRASIL, 2015), a Pessoa com Deficiência é definida como aquela que tem impedimento de natureza física, mental, intelectual e sensorial que a impedem de participar plenamente da sociedade em condições de igualdade com as demais pessoas. [↑](#footnote-ref-6)